

EDITAL FAPES/CNPq Nº 25/2022

PROGRAMA DE APOIO À FIXAÇÃO DE JOVENS DOUTORES NO BRASIL

Chamada pública para concessão de bolsas de Pós-Doutorado Junior e auxílio a projetos.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – Fapes, pessoa jurídica de direito público vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico – Sectides, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, fundação pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações – MCTIC, em observância ao Acordo de Cooperação CNPq/FAPES (Processo SEI nº 01300.008817/2022-28 e Processo Fapes 2022-S5257), torna público o presente edital e convidam os docentes permanentes de Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* vinculados a Instituições de Ensino Superior e/ou Pesquisa, públicas ou privadas, localizadas no estado do Espírito Santo, a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

1. OBJETO

1.1. Concessão de bolsas de Pós-Doutorado Junior (PDJ) para o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, supervisionados por docentes permanentes de Programa de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* com curso(s) de mestrado e/ou doutorado (acadêmico ou profissional), recomendado(s) ou aprovado(s) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de Instituição de Ensino Superior e/ou Pesquisa (IES/P), pública ou privada, localizada no estado do Espírito Santo (ES).

1.2. Os objetivos do presente edital são:

- a) fortalecer o ecossistema de pós-graduação capixaba;
- b) fortalecer grupos e linhas de pesquisa dos PPG do Estado do ES;
- c) criar condições favoráveis para que jovens doutores possam prosseguir com suas atividades de pesquisa junto a grupos e redes de reconhecida excelência no ES;
- d) contribuir para a retenção de jovens doutores nas instituições capixabas;
- e) contribuir para a produção de conhecimento técnico-científico.

2. LEGISLAÇÕES PERTINENTES

2.1. As normas estabelecidas pela Fapes no presente edital obedecem às disposições da Lei Complementar nº 978, de 4 de outubro de 2021, do Decreto Nº 5039-R, de 17 de dezembro de 2021 e das Resoluções CCAF nº 92/2013 (Propriedade Intelectual e da Criação Protegida), nº 122/2014 (Normas Gerais de Projetos e Auxílios), nº 170/2017 (Boas Práticas Científicas na FAPES), nº 215 /2011 (Recursos Administrativos), nº 309/2022 (Itens Financiáveis e não Financiáveis com Recursos Financeiros da Fapes/Funcitec), nº 313/2022 (Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Elaboração de Prestação de Contas da Fapes/Funcitec), nº 314/2022 (Redefine as regras e consequências por descumprimento de deveres assumidos por beneficiário da Fapes) e suas alterações, sem prejuízo dos critérios e condições específicos estabelecidos neste edital.

2.1.1. Todas as Resoluções citadas no item 2.1 estão disponíveis na página eletrônica da Fapes (www.fapes.es.gov.br/resolucoes).

2.2. As normas estabelecidas pelo CNPq obedecem às disposições da legislação vigente do CNPq (Resolução Normativa nº 028/2015) e suas alterações, disponível na página eletrônica do CNPq (www.cnpq.br) sem prejuízo dos critérios e condições específicos estabelecidos neste edital.

3. CRONOGRAMA PREVISTO

3.1. As datas e os períodos estabelecidos no cronograma apresentado no item 3.2 são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da Fapes e do CNPq, com promoção da devida publicidade no que for necessário.

3.2. O cronograma previsto para o presente edital está disposto no quadro abaixo:

ETAPA	DATA PREVISTA
Data de publicação do Edital	24/10/2022
Data limite para submissão das propostas (até as 17h59)	22/11/2022
<u>Previsão</u> de divulgação do resultado de habilitação e de classificação	A partir de 05/12/2022
<u>Previsão</u> para interposição de Recurso Administrativo ao resultado de habilitação e de classificação (correrá no período de 5 dias úteis após divulgação do resultado de habilitação e de classificação)	A partir de 06/12/2022
<u>Previsão</u> de divulgação do resultado de habilitação e de classificação homologado	A partir de 22/12/2022
<u>Previsão</u> para contratação dos projetos	A partir de janeiro/2023
<u>Previsão</u> de início da vigência dos projetos	A partir de fevereiro/2023
<u>Previsão</u> de indicação, implementação e contratação dos bolsistas PDJ	Entre fevereiro e março/2023

4. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

4.1. São requisitos do PROPONENTE para participação no presente edital:

- ser o coordenador do projeto a ser desenvolvido pelo futuro bolsista de PDJ;
- ser o supervisor do futuro bolsista de PDJ;
- ser docente permanente em PPG *stricto sensu* com curso de mestrado e/ou doutorado (acadêmico ou profissional), recomendado ou aprovado pela Capes de IES/P localizada no ES;
- ter titulação mínima de doutor;
- ter vínculo estatutário, funcional ou celetista por prazo indeterminado com a IES/P de funcionamento do PPG em que o proponente é docente permanente;
- ter currículo cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes;
- ser brasileiro ou estrangeiro com autorização de residência por prazo indeterminado no país;
- residir no Espírito Santo ou em municípios limítrofes ao Estado;
- estar adimplente junto à Fapes;
- ter cadastro no Sistema de Informação e Gestão da Fapes (Sigfapes);
- não ser coordenador de projeto contratado no edital Fapes nº 15/2022 – PROFIX 2022.

4.2. São requisitos do PPG para participação no presente edital:

- ser PPG *stricto sensu* com curso de mestrado e/ou doutorado (acadêmico ou profissional), recomendado ou aprovado pela Capes;
- ser vinculado a IES/P localizada no estado do ES;
- ter o proponente credenciado como docente permanente no corpo docente do PPG;
- ser o PPG em que o futuro bolsista de PDJ será vinculado;
- ter o coordenador do PPG cadastrado no Sigfapes;
- prestar anuência para a execução do projeto.

4.3. São requisitos da IES/P executora para participação no presente edital:

- ser IES/P pública ou privada, localizada no estado do ES;
- ser a instituição de vínculo estatutário, funcional ou celetista por prazo indeterminado do proponente;
- ser a instituição de funcionamento do PPG em que o proponente é docente permanente e que o bolsista PDJ será vinculado;
- ser a instituição executora do projeto de pesquisa;
- possuir infraestrutura necessária para a execução do projeto de pesquisa;
- ter o Responsável/Representante Legal da IES/P cadastrado no Sigfapes;
- prestar anuência para a execução do projeto.

5. RECURSOS FINANCEIROS

5.1. O valor total previsto para o presente edital é de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, sendo:

- R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** oriundos do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – Funcitec, fonte 0159 – Recursos vinculados do Tesouro do Estado;

- b) **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** oriundos do Termo de Execução Descentralizada - TED, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT/Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

5.2. Outros recursos financeiros, decorrentes de parcerias futuras ou de disponibilidade da Fapes, Funcitec e/ou do CNPq, poderão ser aplicados na suplementação de propostas aprovadas no âmbito deste edital e/ou na contratação de novas propostas dentre as classificadas.

6. ITENS FINANCIÁVEIS

6.1. Serão selecionados pela Fapes e implementados pelo CNPq:

- até **20 (vinte)** bolsas da modalidade PDJ do CNPq, com 24 (vinte e quatro) parcelas cada. O valor mensal da bolsa está fixado na Tabela de Valores de Bolsas e Taxas no País do CNPq;
- auxílio-instalação para o bolsista PDJ, no valor de uma parcela de bolsa, quando o deslocamento entre a cidade de origem do bolsista e a IES/P executora do projeto for superior a 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros);
- auxílio-deslocamento para o bolsista PDJ, no valor estabelecido na Tabela de Valores de Auxílio-Deslocamento para Bolsas no País do CNPq, quando o deslocamento do bolsista entre a cidade de origem e a IES/P executora do projeto for superior a 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros).

6.1.1. A modalidade de concessão da bolsa é por cooperação financeira não reembolsável.

6.2. Além das bolsas, poderá ser solicitado até **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** em auxílio financeiro para o desenvolvimento do projeto a ser executado pelo bolsista de PDJ, observados os termos da Resolução CCAF nº 309/2022 e suas alterações (www.fapes.es.gov.br/resolucoes).

6.2.1. Despesas com passagens, diárias, apoio para participação em eventos e apoio para publicação de produção científica serão de uso exclusivo para o bolsista de PDJ e seu supervisor e deverão ser solicitados e utilizados para o atendimento às atividades previstas no plano de atividades do projeto a ser desenvolvido pelo bolsista.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. São documentos para a inscrição da proposta:

- Currículo Lattes do proponente atualizado;
- Comprovante de residência do proponente atualizado;
- Formulário Fapes/CNPq: Cadastro de proposta – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil (**Anexo I**) devidamente preenchido;
- Tabela Fapes/CNPq: Impacto técnico-científico do proponente – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil (**Anexo II**) devidamente preenchido;
- Declaração de orientações e coorientações concluídas (**Anexo III**) fornecida pelo PPG de origem dos discentes egressos devidamente assinado;
- Declaração de anuência e credenciamento do proponente como docente permanente no PPG em que o bolsista PDJ será vinculado (**Anexo IV**), devidamente assinado;
- Comprovante de vínculo estatutário, funcional ou celetista por prazo indeterminado junto à IES/P executora.
e.1) Não há modelo padronizado fornecido pela Fapes, mas é importante que o documento contenha, no mínimo, as seguintes informações: nome da IES/P, tipo de vínculo, início do vínculo, se ativo ou aposentado.

7.1.1. Os documentos necessários para submissão da proposta citados no item 7.1 estarão disponíveis para *download* no Sigfapes.

7.2. Da submissão da proposta

7.2.1. A submissão da proposta será realizada via Sigfapes (www.sigfapes.es.gov.br) pelo coordenador do projeto que, por sua vez, será o supervisor do futuro bolsista de PDJ, com *login* e senha próprios.

7.2.2. A proposta deverá ser submetida até o dia **22/11/2022 às 17h59**, conforme estabelecido no item 3 do edital.

7.2.3. **Cada proponente poderá apresentar apenas UMA proposta ao presente edital e na hipótese de o proponente ser credenciado como docente permanente em mais de um PPG que atenda aos critérios de elegibilidade do presente edital, este deverá optar por apenas UM PPG para a apresentação da proposta.**

7.2.3.1. Se identificada a submissão de mais de uma proposta por proponente, será considerada para fins de análise e julgamento deste edital, a última submissão realizada.

7.2.4. Para a submissão da proposta, o proponente deverá fazer *upload* de toda a documentação citada no item 7.1 do edital, bem como apresentar o projeto de pesquisa que será desenvolvido pelo bolsista PDJ nos campos disponíveis no Sigfapes.

7.2.4.1. O orçamento do projeto será preenchido *online*, diretamente nos campos disponibilizados no Sigfapes, respeitando os termos estabelecidos no item 6.2 do edital.

7.2.4.2. Todos os itens solicitados no orçamento do projeto deverão ser devidamente justificados.

7.2.4.3. Não deverá ser contabilizado o valor da bolsa PDJ, bem como dos auxílios-instalação e deslocamento no auxílio financeiro disponível para o desenvolvimento do projeto citado no item 6.2. Os valores destinados à bolsa PDJ serão adicionados pela Fapes em momento posterior à etapa de submissão das propostas.

7.2.5. O Responsável/Representante Legal da IES/P executora deverá prestar anuência à proposta, via Sigfapes.

7.2.5.1. O proponente conseguirá submeter a proposta somente após anuência do Responsável/Representante Legal da IES/P.

7.2.6. Após o envio da proposta via Sigfapes, o proponente terá acesso ao recibo eletrônico de protocolo de sua proposta, o qual servirá como comprovante da submissão.

7.2.6.1. Se após a submissão da proposta o proponente detectar alguma alteração que gostaria de realizar, deverá ser solicitado à Fapes, por meio do endereço eletrônico bolsas.duvidas@fapes.es.gov.br, a reversão do enquadramento de sua proposta, desde que o prazo limite para submissões ainda esteja vigente.

7.2.7. O conteúdo e a integridade da documentação enviada são de responsabilidade direta e exclusiva do proponente.

7.2.7.1. A critério exclusivo da Fapes, mediante justificativa técnica fundamentada, o erro material de menor relevância relacionado à apresentação da proposta ou da documentação necessária poderá ser relevado ou objeto de saneamento.

7.2.8. A Fapes não se responsabilizará por proposta não recebida em decorrência de irregularidade do proponente ou dos membros da equipe junto à Fapes ou por eventuais problemas técnicos e/ou congestionamentos das linhas de comunicação, salvo se atribuíveis às plataformas e estruturas da Fundação, ou por decurso de prazo por quaisquer outros motivos. Planeje a submissão de sua proposta com antecedência.

7.2.8.1. A critério exclusivo da Fapes, mediante manifestação técnica motivada, poderão ser reabertos os prazos para todos os proponentes apresentarem as suas propostas, nos casos de força maior, caso fortuito ou problemas relacionados à linhas de comunicação ou transmissão atribuíveis às plataformas e estruturas da Fundação.

7.2.9. Dúvidas e esclarecimentos relativos à apresentação da proposta e ao sistema Sigfapes deverão ser encaminhados, exclusivamente, ao e-mail bolsas.duvidas@fapes.es.gov.br.

8. ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A análise e julgamento das propostas submetidas ao edital será realizada pela equipe da Diretoria Técnico-científica da Fapes (Ditec), em conformidade com as seguintes etapas:

- a) Habilitação;
- b) Classificação.

8.2. Da habilitação

8.2.1. Esta etapa consistirá no enquadramento das propostas submetidas ao edital, em que será verificado o atendimento aos critérios de elegibilidade estabelecidos no item 4, bem como às diretrizes para a apresentação da proposta prevista no item 7.

8.2.2. O não atendimento aos critérios de elegibilidade e às diretrizes para a apresentação da proposta, bem como a ausência ou o envio ou o preenchimento indevido de qualquer um dos documentos necessários para submissão da proposta ou do próprio projeto no Sigfapes, que inviabilizem a análise da proposta pela equipe da Fapes, será motivo de inabilitação.

8.2.3. Esta etapa é eliminatória, ou seja, somente as propostas habilitadas serão consideradas para a etapa de classificação.

8.3. Da classificação

8.3.1. As propostas serão classificadas de acordo (1) com a Grande Área na qual o PPG do proponente está associado na Capes e (2) com o impacto científico da produção do proponente, a ser calculada com base nas informações inseridas na Tabela Fapes: Impacto e produção científica do proponente (Anexo II), conforme fórmula abaixo:

$$NF = 0,2.N1 + 0,5.N2 + 0,3.N3$$

Sendo,

N1: a nota de impacto dos trabalhos e contribuição para a área de pesquisa do proponente;

N2: a nota da produção técnico-científica do proponente;

N3: a nota de formação de recursos humanos obtida pelo proponente.

Nota N1 - Impacto dos trabalhos e contribuição para a área de pesquisa do proponente

- O proponente com bolsa de produtividade vigente na data de submissão da proposta receberá uma pontuação de acordo com a tabela abaixo que, por sua vez, corresponderá a nota N1:

BOLSA PRODUTIVIDADE	PONTUAÇÃO
CNPq PQ/DT-1A	100
CNPq PQ/DT-1B	90
CNPq PQ/DT-1C	80
CNPq PQ/DT-1D	70
CNPq PQ/DT-2	50
BPC-Fapes	20
Sem bolsa	0

*Bolsa Pesquisador Capixaba = BPC; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico = CNPq; Produtividade em Pesquisa = PQ; Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora = DT.

Nota N2 - Produção técnico-científica do proponente

- O proponente deverá indicar as 10 (dez) MELHORES PRODUÇÕES EM PERIÓDICOS de sua autoria ou coautoria e que tenham sido publicadas ou aceitas para publicação no período de **01/01/2018 a 30/09/2022**.
- A pontuação para cada uma das melhores publicações em periódicos (MPP) indicadas pelo proponente irá variar de 0 a 100, de acordo com o indicador de produção escolhido pelo proponente e definida na tabela a seguir.

PONTUAÇÃO QUALIS/CAPES 2013-2016 x SCOPUS (ano 2021)		
INDICADOR	ESTRATO	PONTUAÇÃO (MPP)
QUALIS/CAPES 2013-2016	A1	100
	A2	75
	B1	50
	B2	25
	B3, B4, B5, C	0
MAIS ALTO PERCENTIL SCOPUS (SHP) ¹ , ano 2021	SHP ≥ 88	100
	75 ≤ SHP < 88	75

¹ Para se obter o percentil Scopus, basta ir ao portal em <https://www.scopus.com/sources.uri> e verificar o valor do Scopus Highest Percentile (SHP), usando o título ou ISSN do periódico.

	51 ≤ SHP < 75	50
	SHP < 51	25
	Ausente no <i>Scopus</i>	0

- O proponente deverá optar por apenas UM indicador de produção para a obtenção da nota N2, sendo vedada a mistura de indicadores.
- Se optado pelo indicador “Qualis/Capes 2013-2016”, as produções deverão ser pontuadas de acordo com o Qualis da Área de Avaliação na qual o PPG registrado na proposta submetida está associado na Capes.
- Se optado pelo indicador “mais alto percentil SCOPUS (SHP)”, as produções deverão ser pontuadas de acordo com o percentil disponível para o ano 2021.
- O proponente deverá se certificar que as produções listadas são/estão passíveis de acesso, para fins de validação dos dados, incluindo as produções aceitas para publicação.
- A nota N2 será calculada pela fórmula a seguir:

$$N2 = \frac{1}{10} \sum_{i=1}^{10} MPPi$$

Nota N3 - Formação de recursos humanos

- O proponente deverá informar o número de ORIENTAÇÕES de MESTRADO (OME) e DOUTORADO (ODO) e de COORIENTAÇÕES de MESTRADO (CME) e DOUTORADO (CDO) CONCLUÍDAS (defendidas) sob sua tutela no período de **01/01/2018 a 30/09/2022**, em qualquer PPG.
- Não deverão ser consideradas as orientações e coorientações em andamento.
- As orientações e coorientações serão validadas considerando a “Declaração de orientações e coorientações concluídas fornecida pelo PPG de origem dos discentes egresso” (Anexo III) submetida.
- A nota das orientações e coorientação concluídas (NOC) será obtida conforme fórmula a seguir:

$$NOC = 2. \sum_{i=1}^n OMEi + 4. \sum_{j=1}^m ODOj + 1. \sum_{k=1}^o CMEk + 2. \sum_{l=1}^p CDOL$$

- A nota N3 corresponderá à pontuação definida na tabela a seguir, de acordo com a nota NOC obtida pelo proponente:

NOTA NOC	POTUAÇÃO
NOC ≥ 62	100
54,25 ≤ NOC < 62	87,5
46,5 ≤ NOC < 54,25	75
38,75 ≤ NOC < 46,5	62,5
31 ≤ NOC < 38,75	50
23,25 ≤ NOC < 31	37,5
15,5 ≤ NOC < 23,25	25
7,75 ≤ NOC < 15,5	12,5
NOC < 7,75	0

8.3.2. As propostas serão classificadas por NF em ordem decrescente.

8.3.2.1. Em caso de propostas com a mesma pontuação final, serão utilizados os critérios de desempate listados a seguir, na ordem especificada, até que se configure o desempate:

- a) Maior Nota N2;
- b) Maior Nota N3;
- c) Maior Nota N1;
- d) Maior número de produções no estrato Qualis A1 ou SHP ≥ 88 ;
- e) Maior número de produções no estrato Qualis A2 ou $75 \leq \text{SHP} < 88$;
- f) Nota do PPG indicado na submissão da proposta obtida na última avaliação homologada da Capes;
- g) Proposta que foi submetida primeiro à Fapes.

8.4. Da distribuição das bolsas de PDJ e seus benefícios associados

8.4.1. A lista das propostas habilitadas, inabilitadas e classificadas será encaminhada para análise operacional da Ditec, que procederá a revisão do resultado.

8.4.2. As propostas habilitadas e classificadas serão encaminhadas à Diretoria Administrativo-financeira (Diraf), que procederá a avaliação do orçamento e dos itens financiáveis e não financiáveis solicitados.

8.4.2.1. O orçamento do projeto poderá ser aprovado na íntegra ou parcialmente, hipótese na qual, havendo cortes orçamentários, serão devidamente justificados.

8.4.3. As bolsas de PDJ e seus benefícios associados, serão distribuídas em duas etapas, conforme especificado a seguir:

- a) **Etapa 1:** serão contempladas uma proposta classificada por NF, em ordem decrescente, em cada Grande Área da Capes, no que couber;
- b) **Etapa 2:** após a distribuição prevista na Etapa 1, as cotas de bolsa PDJ remanescentes e seus benefícios associados serão distribuídos proporcionalmente entre as Grandes Áreas da Capes, conforme fórmula abaixo, mantendo a classificação por NF, em ordem decrescente, dentro de cada área:

$$NB = [20 - Qd]. PP$$

$$PP = \frac{n^{\circ} \text{ de propostas habilitadas na área de conhecimento}}{n^{\circ} \text{ total de propostas habilitadas no edital}}$$

Sendo,

NB: o número de bolsas PDJ e benefícios a serem distribuídos para cada Grande Área da Capes;

Qd: o total de bolsas PDJ e benefícios distribuídos no item 8.4.3;

PP: a proporção das propostas habilitadas por Grande Área da Capes pelo total de propostas habilitadas no edital.

8.5. Para elaboração da lista das propostas aprovadas e suplentes, será considerada a habilitação da proposta, a distribuição das bolsas de PDJ e seus benefícios associados conforme recursos financeiros disponíveis para o edital e a ordem de classificação por nota NF.

8.6. A Ditec encaminhará a lista das propostas classificadas para homologação pelo CNPq.

8.6.1. O CNPq realizará a análise de conformidade das propostas classificadas com as normas de bolsa PDJ e os termos do Acordo de Cooperação celebrado entre o CNPq e a Fapes. Se em conformidade com tais regulamentos, haverá homologação do resultado apresentado pela Fapes.

8.7. A Diretoria Executiva da Fapes (Direx) aprovará os resultados das etapas de habilitação e de classificação propostas.

9. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1. Os avisos de resultados deste edital serão publicados no Diário Oficial do Estado (DIO-ES) e em jornal de grande circulação do estado do Espírito Santo.

9.2. Os proponentes serão comunicados, via Sigfapes, a respeito da divulgação dos resultados.

9.2.1. **É de responsabilidade de cada proponente manter seus dados cadastrais atualizados e acesso regular ao Sigfapes, uma vez que toda comunicação formal será feita pela ferramenta de mensageria do sistema.**

9.3. Os resultados detalhados das etapas de habilitação e classificação, estarão disponíveis na íntegra na página eletrônica da Fapes (www.fapes.es.gov.br/Editais/Resultados).

9.3.1. Os resultados divulgados poderão ser alterados após análise dos recursos administrativos (item 10).

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Caso o proponente tenha justificativa para contestar os resultados de habilitação ou de classificação, poderá apresentar recurso administrativo em até cinco dias úteis após a publicação do aviso de resultado no DIO-ES.

10.2. Os recursos administrativos deverão ser interpostos conforme orientações regulamentadas na Resolução CCAF nº 215/2018 e suas alterações, prevista no item 2 do edital.

10.2.1. O recurso administrativo deverá ser enviado em formulário específico disponível no sítio eletrônico da Fapes (<https://fapes.es.gov.br/formularios>), por meio do correio eletrônico recursoadministrativo@fapes.es.gov.br ou protocolado diretamente na sede da Fundação.

10.2.2. A identificação do recurso no correio eletrônico será confirmada pela Fapes.

10.2.3. A Fapes não se responsabilizará por recursos não identificados no correio eletrônico em razão de problemas técnicos ou congestionamentos do sistema eletrônico, salvo se atribuíveis às plataformas e estruturas da Fundação. Caberá ao recorrente se certificar do recebimento do recurso administrativo pela Fapes, mediante identificação da confirmação aludida no item 10.2.2.

10.2.4. Não será considerado como recurso o pedido de reconsideração de julgamento com alterações no conteúdo da proposta original.

10.2.5. Não será aceito como recurso inclusão, apresentação ou correção de documentos exigidos quando da submissão da proposta.

10.2.5.1. Documentos complementares não exigidos no presente edital poderão ser considerados, desde que seja expressa a sua contribuição para a análise do recurso.

10.3. A análise e julgamento dos recursos administrativos interpostos e a homologação dos resultados de habilitação e de classificação cabem ao Conselho Científico-Administrativo da Fapes (CCAF).

10.4. A deliberação dos recursos administrativos será divulgada juntamente com os resultados das etapas de habilitação e de classificação homologados pelo CCAF, previstos no cronograma do edital (item 3).

11. CONTRATAÇÃO

11.1. Das propostas aprovadas

11.1.1. **O cronograma, documentos a serem apresentados e demais orientações para contratação das propostas aprovadas estarão disponíveis na página eletrônica da Fapes (www.fapes.es.gov.br/resultados) quando da divulgação do resultado de habilitação e de classificação homologados pelo CCAF.**

11.1.2. Para contratação do projeto, o coordenador da proposta aprovada deverá firmar Termo de Outorga (TO) junto à Fapes (Anexo V), bem como assinar o Plano de Trabalho aprovado no edital.

11.1.2.1. O TO e será firmado eletronicamente, por meio do sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo (E-Docs), na qual o coordenador da proposta aprovada e o Gestor/Representante Legal da IES/P executora, deverão possuir cadastro no Acesso Cidadão (www.acessocidadao.es.gov.br).

11.1.2.2. A assinatura do Plano de Trabalho também será realizada por meio do E-Docs.

11.1.3. **A existência de inadimplência do coordenador da proposta aprovada com a Fapes, assim como as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e a Justiça Trabalhista constituirá fator impeditivo para contratação do projeto.**

11.1.4. O coordenador da proposta aprovada não poderá estar afastado de suas atividades na IES/P no ato da contratação do projeto.

11.1.5. **O não atendimento ao prazo de entrega da documentação completa e sem pendências ou o não atendimento aos requisitos para contratação resultará na perda do direito à contratação do projeto.**

11.1.6. As propostas suplentes poderão ser contratadas em caso de desistência ou não contratação de proposta aprovada ou mediante ampliação dos recursos financeiros desta chamada pública.

11.1.6.1. As propostas suplentes serão convocadas individualmente, obedecendo a ordem de classificação dos suplentes.

11.1.7. Os recursos financeiros aprovados no projeto serão repassados em até duas parcelas para conta corrente aberta pelo outorgado em nome da Fapes, em agência bancária do Banco do Estado do Espírito Santo S/A – Banestes.

11.2. Dos bolsistas PDJ

11.2.1. O outorgado deverá realizar a indicação do bolsista PDJ, via Sigfapes, entre os meses de fevereiro e março/2023, conforme calendário a ser publicado quando da divulgação do resultado de seleção homologado pelo CCAF (www.fapes.es.gov.br/Editais/Resultados).

11.2.1.1. Os requisitos do bolsista de PDJ estão estabelecidas no **Anexo VI** do presente edital.

11.2.2. A equipe técnica da Fapes realizará a indicação do candidato à bolsa na Plataforma Integrada Carlos Chagas (PICC) para validação do CNPq, conforme orientações divulgadas junto ao resultado de seleção homologado do edital.

11.2.3. A bolsa PDJ será efetivamente implementada, somente após a assinatura do Termo de Aceite de Bolsa (ou instrumento congênere) a ser firmado eletronicamente junto ao CNPq.

12. ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. Da gestão de bolsa

12.1.1. O outorgado é o responsável pela gestão da bolsa aprovada no projeto.

12.1.2. As normativas quanto ao acompanhamento, prestação de contas e obrigações do bolsista PDJ junto à Fapes estão estabelecidas no Anexo VI do presente edital.

12.2. Da prestação de contas

12.2.1. As prestações de contas serão compostas pelos seguintes documentos:

- a) Prestação de contas técnica:
 - a.1) Relatório Técnico do Projeto de Pesquisa, em formulário específico da Fapes, via Sigfapes;
 - a.2) Relatório Técnico do BOLSISTA, em formulário específico da Fapes, via Sigfapes;
- b) Prestação de contas financeira: relatórios financeiros do projeto, em formulário específico da Fapes, via Sigfapes, conforme estabelecido no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Elaboração de Prestação de Contas da Fapes/Funcitec. A critério da Fapes, poderá ser solicitada a entrega dos documentos financeiros na sede da Fundação.

12.2.2. O outorgado deverá prestar contas à Fapes respeitando os seguintes prazos:

- a) 1ª Prestação de Contas Parcial em até 30 (trinta) dias após o 12º (décimo segundo) mês de início do projeto;
- b) Prestação de Contas Final em até 30 (trinta) dias após o término de vigência do Termo de Outorga.

12.2.2.1. A prestação de contas técnica e financeira deverá ser realizada via Sigfapes, conforme previsto no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Elaboração de Prestação de Contas da Fapes/Funcitec.

12.2.3. A não apresentação das prestações de contas nos prazos estabelecidos no item 12.2.2 acarretará na inadimplência do outorgado e do bolsista PDJ com a Fapes, bem como na suspensão imediata do pagamento de bolsa e do repasse de recursos financeiros ao projeto, quando couber.

12.2.3.1. Sanada a inadimplência, com o envio das contas ou a sua regularização no prazo estabelecido após os prazos de notificação estabelecidos no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Elaboração de Prestação de Contas da Fapes/Funcitec, os pagamentos serão reestabelecidos, com o pagamento retroativo das parcelas do projeto e de bolsa correspondentes ao período de suspensão.

12.2.3.2. Se persistida a inadimplência após o prazo estabelecido no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Elaboração de Prestação de Contas da Fapes/Funcitec, o projeto e a bolsa PDJ serão cancelados, podendo ser instaurada Tomada de Contas, assegurado ao outorgado o direito ao contraditório e ampla defesa.

12.3. Poderá ser realizado seminário parcial e/ou final para a apresentação dos resultados decorrentes do desenvolvimento do projeto, organizado pela equipe técnica da Fapes, com participação obrigatória do outorgado e do bolsista de PDJ.

12.4. O outorgado deverá informar à Fapes, ao e-mail bolsas.duvidas@fapes.es.gov.br, quaisquer ocorrências, alterações ou discontinuidades na execução do projeto ou da bolsa de PDJ (e.g. descredenciamento do outorgado como docente permanente do PPG, afastamento do outorgado da IES/P executora, afastamento, cancelamento ou substituição de bolsista de PDJ, remoção ou transferência do outorgado da IES/P de vínculo, etc.) na data em que configurar o fato, sob pena de aplicação de penalidades previstas nas Resoluções citadas no item 2 deste edital (e.g. suspensão do pagamento de parcelas de bolsa e de projeto, devolução de recursos financeiros, cancelamento do projeto, cancelamento da bolsa, impedimento de pleitear apoio da Fapes, etc.), precedida do devido processo legal, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

12.3. Do afastamento e substituição do outorgado

12.3.1. O outorgado poderá se afastar do PPG e da IES/P executora para realização de capacitação, visitas ou estágios técnico-científicas ou de inovação ou por demais motivos, por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, durante a vigência do projeto.

12.3.1.1. Em casos de licença por advento de prole, o outorgado terá o direito ao tempo do afastamento concedido em normativa específica praticada na IES/P.

12.3.2. É vedada a substituição do outorgado.

12.4. Do cancelamento do projeto

12.4.1. Será cancelado o projeto, a partir da data que ensejou o fato, nos casos de:

- a) solicitação do outorgado, mediante justificativa;
- b) não atendimento aos requisitos do outorgado estabelecidos no edital;
- c) afastamento do outorgado do PPG ou da IES/P executora por motivos ou prazos não previstos no item 12.3;
- d) não indicação do candidato à bolsa PDJ no prazo estabelecido no item 11.2.2;
- e) descumprimento das obrigações do outorgado;
- f) prática de qualquer fraude, sem a qual a concessão não teria ocorrido;
- g) falecimento do outorgado.

12.4.1.1. Nos casos previstos nas alíneas “a-e” do item 12.4.1, o outorgado do projeto deverá apresentar a Prestação de Contas Técnica e Financeira Final do projeto, conforme estabelecido no item 12.2 do edital.

12.4.1.2. Na ocorrência dos casos previstos no item 12.4.1 que poderão ensejar penalidades, o outorgado será notificado pela Fapes, assegurado o princípio do contraditório e ampla defesa.

12.4.2. A avaliação das situações previstas nos itens 12.4.1 fica condicionada à análise e deliberação da Direx em despacho fundamentado.

12.4.3. A aplicação de qualquer penalidade prevista no edital será precedida do devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4.4. Mesmo que sanada a inadimplência, o outorgado poderá ser penalizado pela Fapes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13. PROPRIEDADE INTELECTUAL E CRIAÇÃO PROTEGIDA

13.1. É indispensável que haja menção explícita e destacada ao apoio da Fapes e do CNPq nas publicações ou outra forma de divulgação de atividades que resultem, total ou parcialmente, da bolsa da Fapes da seguinte forma, no idioma do trabalho: *“O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – <Número T.O. ou Processo>”*.

13.2. No caso de as atividades vinculadas ao projeto originarem criações intelectuais passíveis de proteção, as partes obedecerão às determinações da Lei Federal nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563/2005, da Lei Complementar Estadual nº 642/2012 e da Resolução CCAF nº 92/2013, e as demais disposições legais vigentes.

13.2.1. Os resultados econômicos auferidos na exploração comercial da criação protegida, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados com a Fapes, conforme Resolução CCAF nº 92/2013 (item 2), por meio de contrato a ser celebrado com as instituições executoras de projetos nas quais as patentes ou similares foram desenvolvidas.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Qualquer cidadão poderá requerer, fundamentadamente, a impugnação deste edital, por meio do endereço eletrônico bolsas.duvidas@fapes.es.gov.br, em até cinco dias úteis antes da data fixada para o início da etapa de análise e julgamento das propostas (item 3).

14.1.1. Para requerer a impugnação, o interessado deverá indicar necessariamente o item ou o subitem que será objeto de sua impugnação, bem como sua justificativa para tal requisição.

14.1.2. Os pedidos de impugnação serão julgados pela Direx.

14.1.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para etapa de análise e julgamento das propostas (item 3).

14.2. O presente edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza. Ainda, a Fapes poderá rever seus atos quando eivados de vícios, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, em obséquio ao princípio da autotutela administrativa.

14.3. A Fapes reserva o direito de solicitar documentação complementar aos proponentes, aos coordenadores de projeto e seus membros e beneficiários, a qualquer tempo.

14.4. É de responsabilidade dos proponentes, outorgados e bolsistas manter atualizado os seus dados cadastrais no Sigfapes, bem como acessá-lo com regularidade, uma vez que toda comunicação formal será feita por meio do sistema.

14.5. O descumprimento de obrigações pelo outorgado e bolsista poderá ensejar penalidades (e.g. suspensão do pagamento de parcelas de bolsa e de projeto, devolução de recursos financeiros, cancelamento do projeto, cancelamento da bolsa, impedimento de pleitear apoio da Fapes) ou inadimplências, por tempo a ser definido pela Fapes.

14.6. Os casos omissos e eventuais dúvidas de interpretação do presente edital serão dirimidos pela Direx.

14.7. Dúvidas sobre o presente edital deverão ser enviadas exclusivamente pelo endereço eletrônico bolsas.duvidas@fapes.es.gov.br.

Vitória, 19 de outubro de 2022

Cristina Engel de Alvarez
Diretora Presidente da FAPES

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – FORMULÁRIO FAPES: CADASTRO DE PROPOSTA – PÓS-DOCTORADO JUNIOR

ANEXO II – TABELA FAPES: IMPACTO CIENTÍFICO DO PROPONENTE – PÓS-DOCTORADO JUNIOR

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÕES E COORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS FORNECIDA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ORIGEM DOS DISCENTES EGRESSOS

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE COMO DOCENTE PERMANENTE NO PPG

ANEXO V – TERMO DE OUTORGA

ANEXO VI – GESTÃO DE BOLSAS

ANEXO I

FORMULÁRIO FAPES – CADASTRO DE PROPOSTA PÓS-DOCTORADO JUNIOR

I. DADOS DO PROPONENTE			
NOME:			
E-MAIL:		TELEFONE:	
TÍTULO DE MAIS ALTO NÍVEL: <input type="checkbox"/> GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> MESTRADO <input type="checkbox"/> DOUTORADO <input type="checkbox"/> OUTRO: _____			
NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E/OU PESQUISA (IES/P) DE VÍNCULO LOCALIZADA NO ES:			
TIPO DA IES/P DE VÍNCULO:		<input type="checkbox"/> PÚBLICA	<input type="checkbox"/> PRIVADA
TIPO DE VÍNCULO COM A IES/P:		<input type="checkbox"/> ESTATUTÁRIO/FUNCIONAL	<input type="checkbox"/> CELETISTA, POR TEMPO INDETERMINADO
		<input type="checkbox"/> VOLUNTÁRIO	<input type="checkbox"/> OUTRO: _____
RESPONDA:	SOU APOSENTADO?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
III. DADOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)			
Informar apenas UM PPG, no qual o proponente é docente permanente e onde o futuro bolsista PDJ será vinculado.			
NOME:		CÓDIGO CAPES:	
ÁREA DE AVALIAÇÃO DO PPG:			
GRANDE ÁREA DA CAPES DE VÍNCULO DO PPG:	<input type="checkbox"/> CIÊNCIAS AGRÁRIAS	<input type="checkbox"/> CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	<input type="checkbox"/> CIÊNCIAS DA SAÚDE
	<input type="checkbox"/> CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	<input type="checkbox"/> CIÊNCIAS HUMANAS	<input type="checkbox"/> CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	<input type="checkbox"/> ENGENHARIAS	<input type="checkbox"/> LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	<input type="checkbox"/> MULTIDISCIPLINAR
NOME DO COORDENADOR DO PPG:			
NOME COORDENADOR ADJUNTO DO PPG:			
IV. DADOS DA IES/P EXECUTORA (DE FUNCIONAMENTO DO PPG)			
NOME DA IES/P:			
TIPO DE IES/P:		<input type="checkbox"/> PÚBLICA	<input type="checkbox"/> PRIVADA
NOME DO GESTOR/REPRESENTANTE LEGAL DA IES/P:			
CARGO DO GESTOR/REPRESENTANTE LEGAL DA IES/P:			
DECLARAÇÃO DO PROPONENTE			
Declaro que tenho conhecimento da sistemática adotada pela Fapes para análise de solicitações neste edital; que tenho conhecimento de que é de minha total responsabilidade obtenção de licenças e permissões junto aos órgãos pertinentes para realização da pesquisa; que as informações aqui prestadas para fins de submissão desta proposta foram por mim revisadas e estão corretas; que estou ciente de que as informações incorretas aqui prestadas poderão prejudicar a análise e eventual concessão desta solicitação; que a Fapes poderá solicitar comprovação das informações apresentadas a qualquer tempo.			

ANEXO II

TABELA FAPES IMPACTO CIENTÍFICO DO PROPONENTE PÓS DOUTORADO JUNIOR

NOME DO PROPONENTE:			
NOME DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:			
ÁREA DE AVALIAÇÃO DO PPG NA CAPES:			
BOLSA PRODUTIVIDADE			
POSSUO BOLSA PESQUISADOR CAPIXABA (FAPES) OU BOLSA PQ/DT DO CNPq <u>VIGENTE?</u>		QUAL O NÍVEL DA BOLSA?	PONTUAÇÃO (NOTA N1)
PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA			
ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO:			
<p>a) Insira o link ou DOI de acesso das 10 (dez) melhores produções em periódicos publicados ou aceitos para publicação entre 01/01/2018 e 30/09/2022;</p> <p>b) Todas as produções listadas deverão ser/estar acessíveis por qualquer pessoa no link informado, incluindo aquelas em situação de "aceitos para publicação". Certifique-se de que o link ou o DOI está funcionando corretamente e direcionando para a produção a ser pontuada;</p> <p>c) Responda se o conjunto das produções será pontuado de acordo com Qualis 2013-2016 na Área de Avaliação na qual o PPG está associado na Capes OU se será pontuado de acordo com mais alto percentil <i>Scopus</i> ano 2021, selecionando a opção na lista suspensa disponível na linha 9.</p>			
RESPONDA: QUAL O CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO SERÁ UTILIZADO? (utilize a lista suspensa disponível na célula ao lado)			
ORD.	LINK DE ACESSO OU DOI DA PRODUÇÃO (para inserção do link ou DOI das produções nas células abaixo, clique duas vezes em cima cada célula OU utilize a barra de fórmulas do Excel)	CLASSIFICAÇÃO QUALIS OU PERCENTIL DO PERIÓDICO (utilize a lista suspensa disponível nas células abaixo)	PONTUAÇÃO (MPP)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
NOTA N2			

IMPACTO DE ORIENTAÇÃO

ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO

- a) Informe o número de orientações e coorientações **concluídas** de mestrado e doutorado entre **01/01/2018 e 30/09/2022**. A data da defesa da dissertação ou tese deve ter ocorrido no citado intervalo de tempo;
- b) **Não** deverão ser consideradas as orientações e coorientações em andamento;
- c) Selecione o intervalo da nota NOC obtida na lista suspensa disponível na linha 30, para então obtenção da nota N3.

ANO	MESTRADO		DOUTORADO		NOTA DAS ORIENTAÇÕES E COORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS (NOC)
	ORIENTAÇÃO	COORIENTAÇÃO	ORIENTAÇÃO	COORIENTAÇÃO	
2018					
2019					
2020					
2021					
2022					
INTERVALO NOC					
(utilize a lista suspensa disponível na célula ao lado para encontrar o intervalo da NOC obtida)					
NOTA N3					
NOTA FINAL					
DECLARAÇÃO					
<p>Declaro que tenho conhecimento da sistemática adotada pela Fapes para análise de solicitações neste edital; que as informações aqui prestadas para fins de submissão desta proposta foram por mim revisadas e estão corretas; que estou ciente de que as informações incorretas aqui prestadas poderão prejudicar a análise e eventual concessão desta solicitação; que a Fapes poderá solicitar comprovação das informações apresentadas a qualquer tempo.</p>					

Outubro/2022

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÕES E COORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS FORNECIDA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ORIGEM DOS DISCENTES EGRESSOS

DECLARAÇÃO

Eu, [NOME DO COORDENADOR(A)/ COORDENADOR(A) AJDUNTO(A)/ SECRETÁRIO(A) DO PPG], na figura de [COORDENADOR(A)/ COORDENADOR(A) AJDUNTO(A)/ SECRETÁRIO(A) DO PPG], do Programa de Pós-Graduação em [INSERIR NOME DO PPG] da [INSERIR NOME DA IES/P], declaro para os devidos fins que, [NOME DO PROPONENTE] atuou como orientador ou coorientador do(s) discente(s) egresso(s) listado(s) abaixo neste Programa:

Nº	NOME DO DISCENTE EGRESSO	NÍVEL DO CURSO DO EGRESSO (mestrado ou doutorado)	TIPO DE ORIENTAÇÃO (orientador principal ou coorientador)	DATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO OU TESE (dia/mês/ano)
1				
2				
3				
4				
5				

*Inserir quantas linhas forem necessárias

[LOCAL E DATA]

ASSINATURA

[NOME DO COORDENADOR(A)/ COORDENADOR(A) AJDUNTO(A)/ SECRETÁRIO(A) DO PPG]

ATENÇÃO! Serão aceitas assinaturas eletrônicas realizadas via E-Docs (Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo; <https://fapes.es.gov.br/tutoriais>), assinatura eletrônica do GOV.BR (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica>), assinaturas digitais (não confundir com assinatura digitalizada) e assinaturas realizadas no documento original impresso e posteriormente digitalizado. Não será acatado documento com assinatura inserida (“colada”) em formato de imagem.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA E CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE COMO DOCENTE PERMANENTE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

Eu, [NOME DO COORDENADOR(A)/COORDENADOR(A) AJUNTO(A) DO PPG], na figura de coordenador(a)/coordenador(a) adjunto(a) do Programa de Pós-Graduação em [INSERIR NOME DO PPG] da [INSERIR NOME DA IES/P], declaro para os devidos fins que o(a) [NOME DO PROPONENTE] está credenciado como DOCENTE PERMANENTE neste Programa desde [INSERIR DATA DO CREDENCIAMENTO COMO DOCENTE PERMANENTE].

Na oportunidade, informo que o Professor e o futuro bolsista PDJ terão o apoio do Programa de Pós-Graduação que represento, para a execução do projeto submetido ao edital Fapes/CNPq nº 25/2022 – PDJ e contará com as condições de infraestrutura necessárias para a execução do projeto, caso aprovado.

[LOCAL E DATA]

ASSINATURA

[NOME DO COORDENADOR(A)/COORDENADOR(A) AJUNTO(A) DO PPG]

ATENÇÃO! Serão aceitas assinaturas eletrônicas realizadas via E-Docs (Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo; <https://fapes.es.gov.br/tutoriais>), assinatura eletrônica do GOV.BR (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica>), assinaturas digitais (não confundir com assinatura digitalizada) e assinaturas realizadas no documento original impresso e posteriormente digitalizado. Não será acatado documento com assinatura inserida (“colada”) em formato de imagem.

ANEXO V

TERMO DE OUTORGA Nº ____/20XX

EDITAL FAPES/CNPq Nº 25/2022

PROGRAMA DE APOIO À FIXAÇÃO DE JOVENS DOUTORES NO BRASIL

PROCESSO Nº ____/____

PARTÍCIPIES
<p>OUTORGANTE: A FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, reorganizada pela Lei Complementar nº 978/2021, adiante designada simplesmente FAPES, com sede na Avenida Fernando Ferrari, nº 1080, Ed. América Centro Empresarial, Torre Norte, 7º andar, Mata da Praia, Vitória/ES, inscrita no CNPJ sob o nº 07.296.722/0001-84, na qualidade de gestora do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - FUNCITEC, neste ato representada por sua Diretora-presidente CRISTINA ENGEL DE ALVAREZ, portadora da CI _____, CPF _____, nomeada pelo Governador do Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto 352-S, de 26.02.2021, e por sua Diretora Administrativo-Financeira, LUCIA APARECIDA DE QUEIROZ ARAUJO, portadora da CI _____, CPF sob o nº _____, nomeada pelo Governador do Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 278-S, publicado no DIO/ES em 01.01.2019;</p> <p>OUTORGADO: _____, Coordenador(a) do Projeto, portador(a) da CI nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente na _____, vinculado(a) à INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada na _____, ES.</p>

Resolvem celebrar o presente Instrumento que se regerá na forma das cláusulas abaixo e, no que couber, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como com os demais instrumentos normativos pertinentes à matéria, em conformidade com a Resolução Normativa nº 028/2015 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e com as Resoluções CCAF nº 51/2012 (Tabela de Valores de Bolsas e Auxílios), nº 92/2013 (Propriedade Intelectual e da Criação Protegida), nº 122/2014 (Normas Gerais de Projetos e Auxílios), nº 170/2017 (Boas Práticas Científicas na FAPES), nº 215 /2011 (Recursos Administrativos), nº 309/2022 (Itens Financiáveis e não Financiáveis com Recursos Financeiros da Fapes/Funcitec), nº 313/2022 (Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Elaboração de Prestação de Contas da Fapes/Funcitec), nº 314/2022 (Redefine as regras e consequências por descumprimento de deveres assumidos por beneficiário da Fapes) e suas alterações, sem prejuízo dos critérios e condições específicos estabelecidos neste edital, sem prejuízo dos critérios e condições específicos estabelecidos no Edital FAPES/CNPQ Nº 25/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Este instrumento tem por objeto o apoio financeiro ao Projeto de Pesquisa Científica, Tecnológica ou de Inovação aprovado na forma do Edital FAPES/CNPq Nº 25/2022 – Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores no Brasil.

Parágrafo único. O Projeto será desenvolvido sob a coordenação e a integral responsabilidade do Outorgado.

Parágrafo segundo. O projeto aprovado pela FAPES integra o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.

Parágrafo terceiro. O projeto aprovado está vinculado a Bolsa de Pós-doutorado Junior – PDJ, em conformidade com as regras do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM DOS RECURSOS/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Os recursos financeiros destinados ao Projeto e às bolsas e auxílios a ele vinculadas são provenientes do FUNCITEC, sob a Fonte: 0159, Atividade: 195720017.2235 e Elementos de Despesa: 339020 e 449020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS - A FAPES se compromete a repassar ao Outorgado o valor global aprovado, em até duas parcelas, conforme previsto no cronograma de desembolso, observando-se o seguinte:

I – Os recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso, correspondentes às despesas de custeio (exceto bolsa) e capital, serão depositados em conta corrente do Banco do Estado do Espírito Santo S.A – BANESTES aberta pelo Outorgado em nome da FAPES, desde que o mesmo esteja adimplente com a FAPES e em situação regular junto às Fazendas Públicas Federal/Previdenciária, Estadual, Municipal e com a Justiça do Trabalho.

II - A primeira parcela dos recursos será liberada após a assinatura e publicação deste Instrumento, em até 5 (cinco) dias úteis da abertura da conta bancária.

III - O pagamento da segunda parcela ficará condicionado à apresentação da primeira Prestação de Contas, e ao comprometimento/gasto de pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos financeiros recebidos, quando for o caso.

Parágrafo primeiro. A utilização dos recursos pelo Outorgado se dará de acordo com o projeto aprovado, devendo ser observada a legislação vigente, bem como o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC.

Parágrafo segundo. Os rendimentos decorrentes da aplicação financeira somente poderão ser incorporados ao valor do apoio na forma prevista no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC.

Parágrafo terceiro. Constitui fator impeditivo à liberação do recurso aprovado, a qualquer tempo, a existência de inadimplência, de natureza financeira ou técnica, do Outorgado com a FAPES ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e com a Justiça Trabalhista.

Parágrafo quarto. Os recursos financeiros destinados ao pagamento de bolsas PDJ vinculados ao projeto aprovado, serão repassados ao Bolsista diretamente pelo CNPq, observando-se as regras de contratação estabelecidas no Edital e na Resolução Normativa do CNPq nº 28/2015 e suas alterações.

Parágrafo quinto. Para que o Bolsista faça jus ao pagamento integral da mensalidade da bolsa, o mesmo deverá ter executado as atividades previstas no plano de atividades e mantido atendimento aos requisitos do Bolsista por no mínimo 16 (dezesesseis) dias no referido mês, não sendo efetuado pagamento proporcional.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO - Sem prejuízo das demais cláusulas e condições constantes do presente Termo, o Outorgado se compromete a:

I- encaminhar à FAPES em até 30 (trinta) dias do início da vigência do presente termo, o número da agência bancária, conta corrente no BANESTES, para recebimento dos recursos financeiros a serem transferidos na forma deste Instrumento, mantendo-os, obrigatoriamente, nela depositados até a sua utilização;

II- utilizar a conta da qual trata o inciso anterior, exclusivamente, para recebimento e movimentação dos recursos financeiros objeto deste Instrumento;

III- movimentar a conta somente por meio de cheques nominativos aos favorecidos, ou pela utilização do cartão administrativo de débito do BANESTES, correspondendo cada cheque emitido ou débito no cartão a um único pagamento;

IV- efetuar os pagamentos de acordo com o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC (Resolução CCAF nº 313/2022);

V- aplicar imediatamente os recursos depositados na conta corrente de que trata o inciso I desta Cláusula em caderneta de poupança enquanto não utilizados, se a previsão de uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em título de dívida pública federal, se a previsão de uso for inferior a 30 (trinta) dias;

VI- aplicar os recursos repassados, única e exclusivamente, no projeto objeto deste Instrumento, sendo vedado qualquer desvio de finalidade, ainda que temporariamente;

VII- depositar obrigatoriamente até o décimo quinto dia após o prazo de vigência deste Instrumento, no BANESTES, na conta corrente nº 12380606, agência nº 104, em nome do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES ou através do PIX, por meio da Chave fapespix@bandes.com.br, o saldo remanescente e/ou os rendimentos oriundos da aplicação financeira não utilizados na execução do objeto do projeto e tomar as seguintes providências:

a) comunicar e comprovar a devolução de recursos imediatamente após o prazo estipulado para o depósito, com a identificação do número do processo, ao setor de Prestação de Contas da FAPES;

b) juntar a respectiva guia de depósito de devolução dos recursos, quando da apresentação do Relatório Financeiro Final;

VIII- autorizar o BANESTES formalmente a:

a) permitir à FAPES transferir os recursos financeiros do projeto aos cofres públicos, em caso de morte do Outorgado ou ainda, por motivo de força maior, devidamente comprovada;

b) entregar diretamente à FAPES, os extratos da conta citada no inciso I desta Cláusula, sempre que solicitado;

IX- permitir e facilitar à FAPES o acesso aos locais de execução do projeto, o exame da documentação produzida e a vistoria dos bens adquiridos;

X- apresentar, nos prazos que lhe forem determinados, informações ou documentos adicionais referentes tanto ao desenvolvimento quanto à conclusão do projeto aprovado;

XI- assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações eventuais, necessárias à consecução do objeto, não tendo tais contratações qualquer vínculo com a FAPES;

XII - não transferir a terceiros as obrigações ora assumidas;

XIII- cooperar com a FAPES e suas instituições parceiras sempre que solicitado;

XIV- cumprir integralmente todas as atividades previstas no Plano de Trabalho durante a vigência do projeto;

XV- elaborar e entregar os relatórios técnico e financeiro que compõem as prestações de contas na forma e nos prazos estabelecidos;

XVI- participar de seminários quando realizados pela FAPES para apresentação dos resultados do projeto, parciais ou finais, sempre que convocado;

XVII- solicitar autorização à FAPES para realizar modificações no projeto, com as devidas justificativas;

XVIII- não se afastar da IES/P em que desenvolve o projeto de pesquisa, exceto para realização de atividades de específicas do projeto, por tempo limitado ou na hipótese de licença por advento de prole;

XIX- não se afastar da instituição executora por período superior a 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, para realização de curso de pós-graduação, estágio pós-doutoral ou equivalente, durante a execução do projeto;

XX- indicar o Bolsista PDJ no prazo estabelecido no Edital;

XXI- orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades do Bolsista, incluindo elaboração e envio de relatórios técnico-científicos e de outros meios de divulgação de resultados, respeitando o cronograma de atividades aprovado;

XXII- assegurar a viabilidade financeira e técnica para a realização das atividades do Bolsista;

XXIII- assegurar acesso às instalações laboratoriais imprescindíveis para a realização do Formulário de Atividades do Bolsista;

XXIV- informar à FAPES as ocorrências do Bolsista relacionadas ao afastamento e retorno da IES/P, desistência de recebimento da bolsa, alteração no Formulário de Atividades ou qualquer situação que implique na descontinuidade da bolsa, na data em que configurar o fato;

XXV- manter atendimento aos requisitos do supervisor previstos no Edital;

- XXVI- citar, obrigatoriamente, a FAPES e o CNPq em todas as publicações e produções, que resultem do apoio financeiro concedido no âmbito do projeto aprovado;
- XXVII- atuar obrigatoriamente na função de consultor ad hoc da FAPES e suas instituições parceiras sempre que solicitado, durante o prazo de vigência do termo de outorga, acrescido de 12 meses;
- XXVIII- manter-se adimplente com a FAPES e em situação regular junto às fazendas públicas Federal, Estadual e Municipal (do domicílio), e com a Justiça Trabalhista, durante toda a vigência deste Instrumento;
- XXIX- devolver à FAPES eventuais valores pagos indevidamente e/ou não utilizados, inclusive os decorrentes de aplicações financeiras;
- XXX- comunicar, oficialmente, à FAPES o depósito ou registro de pedido de proteção intelectual decorrente de resultados do projeto;
- XXXI- manter atendimento, durante toda a vigência do projeto, as Obrigações do Outorgado;
- XXXII- estar ciente de todos os termos da Resolução CCAF nº 170/2017 (Boas Práticas Científicas na FAPES);
- XXXIII- manter cadastro atualizado junto à FAPES e prestar esclarecimentos à FAPES sempre que solicitado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) BOLSISTA - Sem prejuízo das demais cláusulas e condições constantes do presente Termo, o Bolsista se compromete a:

- I- cumprir integralmente todas as atividades previstas no Formulário de Atividades;
- II- manter atendimento aos requisitos do Bolsista previstos neste Instrumento, bem como nas demais condições estabelecidas em Edital;
- III- não se afastar da IES/P em que desenvolve o projeto de pesquisa, exceto nos casos e prazos previstos neste Instrumento;
- IV- informar/solicitar ao Outorgado qualquer ocorrência relacionadas ao afastamento e retorno da IES/P, desistência de recebimento da bolsa, alteração no Formulário de Atividades ou qualquer situação que implique na descontinuidade da bolsa, na data em que configurar o fato;
- V - elaborar e encaminhar o Relatório Técnico Final à FAPES no prazo estabelecido no presente Instrumento;
- VI- participar do evento de avaliação parcial e/ou final do projeto, quando for o caso;
- VII- fazer referência ao apoio da FAPES e do CNPq nas publicações ou outra forma de divulgação de atividades que resultem, total ou parcialmente, da bolsa da FAPES;
- IX- devolver ao CNPq, eventuais benefícios pagos indevidamente.
- X- prestar esclarecimentos à FAPES e ao CNPq sempre que solicitado;
- XI- estar ciente de todos os termos da Resolução CCAF nº 170/2017 (Boas Práticas Científicas na FAPES) e suas alterações;
- XII- manter atualizado cadastro junto à FAPES.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES - É vedado ao Outorgado:

- I- utilizar os recursos financeiros concedidos para realizar aquisições e/ou pagamentos de itens não financiáveis;
- II- efetuar pagamento a si próprio, exceto nos casos previstos no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC;
- III- utilizar os recursos financeiros do projeto a título de empréstimo para reposição futura, ainda que em caráter de emergência;
- IV- transferir recursos para fundações e similares a título de execução da parte financeira do projeto, bem como o pagamento de taxa de administração, gerência ou similar;
- V- executar despesas com documentos fiscais emitidos em data anterior ou posterior à vigência do presente Instrumento. Despesas realizadas, bem como documentos fiscais emitidos fora do prazo de vigência deste Instrumento serão glosadas na forma da legislação vigente;
- VI- permitir que haja acúmulo de bolsas com recursos repassados pela FAPES com quaisquer outras bolsas de agências ou entidades nacionais ou estrangeiras;
- VII- efetuar despesas com a contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, e despesas de rotina como contas de luz, água, telefone, correio e similares, entendidas estas como despesas de contrapartida obrigatória da Instituição de Execução do Projeto;
- VIII- realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correções monetárias referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos estabelecidos; e
- IX- atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos ao presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO EXECUTORA DO PROJETO - Sem prejuízo das demais cláusulas e condições constantes deste Termo, a Instituição de Execução do Projeto se compromete a:

- I- garantir condições de plena viabilidade para a realização do projeto, disponibilizando as instalações e assegurando contrapartida de recursos materiais e humanos;
- II- comunicar, oficialmente, à FAPES o depósito ou registro de pedido de proteção intelectual decorrente de resultados do projeto;
- III- providenciar, em conjunto com o OUTORGADO, o registro dos bens adquiridos ao patrimônio da Instituição, quando da sua aquisição;
- IV- manter e conservar os bens adquiridos em perfeito estado de funcionamento;
- V- garantir a utilização dos bens adquiridos na execução do projeto, objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FAPES - Sem prejuízo das demais cláusulas e condições constantes do presente Termo de Outorga, a FAPES se compromete a:

- I- repassar ao Outorgado os recursos financeiros previstos para o projeto aprovado;
- II- acompanhar e avaliar o cumprimento pelo Outorgado dos objetivos estabelecidos no Projeto e neste Instrumento, mediante a análise dos relatórios técnicos e financeiros e de visitas técnicas, quando pertinentes;

- III- organizar seminários de acompanhamento do desenvolvimento do Projeto e um seminário final de apresentação dos resultados do Projeto, quando for o caso, na forma prevista no Edital;
- IV- manter a interlocução junto ao CNPq com relação ao desenvolvimento do projeto e a implementação/execução da bolsa PDJ.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - Fica o Outorgado obrigado a mencionar o apoio da FAPES e do CNPq, nos trabalhos publicados, nos seminários, simpósios e similares, e ainda, na divulgação dos mesmos, sob qualquer forma de comunicação ou por qualquer veículo, em decorrência do presente apoio financeiro.

Parágrafo único. Deverá constar nos trabalhos e atividades acima citadas, nos impressos em geral e nas publicidades, a logomarca FAPES e do CNPq, em lugar visível, de fácil identificação em escala e tamanho proporcionais à área de leitura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MATERIAL PERMANENTE - A aquisição de bens e material permanente, vinculados ao projeto, deverá ser feita pelo Outorgado com estrita observância da legislação vigente, respeitados os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, buscando a proposta mais vantajosa.

Parágrafo primeiro. Todos os bens patrimoniais adquiridos ou produzidos com apoio financeiro concedido integrarão o patrimônio da Instituição Executora do Projeto.

Parágrafo segundo. Instituição Executora do Projeto deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens adquiridos, durante a vigência do presente instrumento:

- arcar com todas as despesas referentes ao transporte dos bens;
- em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente;
- somente movimentar os bens dentro da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização.

Parágrafo terceiro. O Outorgado, juntamente com a Instituição Executora do Projeto deverão encaminhar a FAPES, na Prestação de Contas, a relação de bens adquiridos, desenvolvidos ou produzidos, quando houver.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAIS e FINAL - O Outorgado deverá encaminhar à FAPES as prestações de contas parciais e final, compostas pelos seguintes documentos:

- Relatório técnico do projeto;
- Relatório técnico do Bolsista;
- Relatório financeiro do projeto, acompanhado dos documentos comprobatórios e as justificativas das despesas efetuadas, conforme o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC (Resolução CCAF nº 313/2022).

Parágrafo primeiro. Cada prestação de contas parcial deverá ser enviada à FAPES em até 30 (trinta) dias após transcorridos 12 (doze) meses de vigência deste instrumento.

Parágrafo segundo. A prestação de contas final deverá ser enviada à FAPES em até 30 (trinta) dias após o fim da vigência deste instrumento.

Parágrafo terceiro. Os relatórios deverão ser apresentados por meio do Sistema de Informação e Gestão da FAPES – SIGFAPES, e, a critério da FAPES, poderá ser solicitada a entrega dos documentos financeiros na sede da FAPES.

Parágrafo quarto. O Relatório Financeiro Final deverá ser acompanhado também de documentos que comprovem o encerramento da conta, com a devolução do saldo remanescente, mediante depósito em conta bancária específica, conforme Cláusula Quarta.

Parágrafo quinto. O relatório técnico final será submetido à análise da equipe técnica da Fapes.

Parágrafo sexto. A não apresentação das Prestações de Contas nos prazos estabelecidos, assim como o não envio das contas com irregularidade que persista após os prazos concedidos pela FAPES implicará na suspensão imediata do repasse das parcelas de recursos financeiros do projeto, bem como na suspensão do pagamento das parcelas de bolsa, ficando o Outorgado em situação de inadimplência com a FAPES.

Parágrafo sétimo. Sanada a inadimplência, com o envio das contas ou a sua regularização, nos prazos concedidos pela FAPES, os pagamentos serão reestabelecidos, com pagamento retroativo das parcelas do projeto e de bolsas correspondentes ao período de suspensão.

Parágrafo oitavo. O projeto, bem como a bolsa a ele vinculados serão cancelados, tendo o Outorgado não apresentado as Prestações de Contas nos prazos estabelecidos, assim como o não envio das contas com irregularidade, na forma do Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES e do FUNCITEC (Resolução CCAF nº 313/2022), assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo nono. Poderá ser realizado seminário de acompanhamento do desenvolvimento do projeto e um seminário final em até 90 (noventa) dias após o prazo de execução do projeto, organizado pela equipe técnica da FAPES, sendo obrigatória a participação do Outorgado, que deverá apresentar os resultados decorrentes do desenvolvimento do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES - Integram o presente Instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- o Formulário de Atividades do Bolsista PDJ;
- a Resolução Normativa do CNPq nº 028/2015 e suas alterações;
- o Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES (Resolução CCAF nº 313/2022);
- a Resolução CCAF nº 170/2017 - Boas Práticas Científicas na FAPES e suas alterações;
- as demais Resoluções citadas no presente ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA - A indicação do candidato à bolsa deverá ser realizada pelo Outorgado por meio de solicitação de implementação de bolsa enviada à FAPES, via SIGFAPES, acompanhada de toda a

documentação do candidato, obedecendo os prazos previstos no Edital, com observância dos requisitos do bolsista PDJ do CNPq (Resolução Normativa do CNPq nº 28/2015).

Parágrafo primeiro. Para a implementação da bolsa o Outorgado e o candidato à bolsa bolsista deverão estar adimplentes com suas obrigações junto à FAPES e ao CNPq.

Parágrafo segundo. A inobservância dos requisitos do candidato à bolsa constituirá fator impeditivo para a implementação da bolsa.

Parágrafo terceiro. A bolsa PDJ será efetivamente implementada, somente após a assinatura do Termo de Aceite de Bolsa (ou instrumento congênere) a ser firmado eletronicamente junto ao CNPq.

Parágrafo quarto. Se verificada a inobservância dos requisitos do candidato à bolsa após sua implementação, será realizado o imediato cancelamento dos pagamentos da bolsa, devendo o Bolsista ressarcir ao CNPq os recursos pagos indevidamente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo quinto. O bolsista deverá manter atendimento, durante toda a vigência do projeto, as obrigações e requisitos previstos no Edital e na Resolução Normativa do CNPq nº 28/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBSTITUIÇÃO DE BOLSISTA - Poderá haver a substituição de Bolsista, desde que:

I- o Bolsista deligado do projeto tenha entregue o Relatório Técnico Final da bolsa e esteja em dia com suas obrigações junto à FAPES;

II- haja o saldo mínimo de 6 (seis) parcelas de bolsa e o vigência no presente instrumento;

III- o Bolsista substituto atendida a todos os requisitos do bolsista PDJ.

Parágrafo primeiro. Para preenchimento da bolsa, a mesma cota poderá ser utilizada para beneficiar mais de um bolsista, desde que de forma subsequente e não simultânea.

Parágrafo segundo. O Outorgado deverá indicar à bolsa, para recebimento das parcelas remanescentes, via SIGFAPES, conforme orientação e prazos estabelecidos pela FAPES, e atendidos todos os requisitos obrigatórios do bolsista.

Parágrafo terceiro. A substituição de Bolsista estará sujeita à análise e autorização pela Fapes e pelo CNPq

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROJETO - Sem prejuízo da denúncia ou rescisão do presente Termo de Outorga, a FAPES poderá suspender os desembolsos dos recursos nas seguintes hipóteses:

I- aplicação dos recursos financeiros em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o projeto aprovado;

II- inexistência nas informações prestadas à FAPES pelo OUTORGADO, objetivando a obtenção do apoio financeiro ou durante a execução do projeto;

III- paralisação do projeto;

IV- outras circunstâncias que, a juízo da FAPES, tornem inseguro ou impossível o cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Outorga ou a realização dos objetivos para os quais foi concedido o apoio financeiro;

V- inadimplemento, por parte do Outorgado, de qualquer obrigação assumida neste Termo de Outorga.

Parágrafo único. A FAPES poderá nas hipóteses descritas nesta Cláusula, alternativamente ou em conjunto com a suspensão dos desembolsos dos recursos financeiros, fixar condicionantes de ordem técnica-operacional, jurídica ou financeira, que deverão ser cumpridas dentro do prazo a ser estabelecido para continuidade do projeto, ou seja, a FAPES notificará o Outorgado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PROJETO - Será cancelado nos instrumentos próprios da Fapes, a partir da data que ensejou o fato, nos casos de:

I- solicitação fundamentada do Outorgado;

II- afastamento do Outorgado durante a vigência do projeto por motivos ou prazos não previstos neste instrumento;

III- atraso ou irregularidade na prestação de contas que persista após o vencimento dos prazos concedidos pela FAPES;

IV- descumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula Quarta;

V- não indicação do candidato à bolsa no prazo estabelecido no Edital;

VI- prática de qualquer fraude, sem a qual a concessão não teria ocorrido;

VII- falecimento do Outorgado.

Parágrafo primeiro. Nos casos previstos nos Incisos I a VI, o Outorgado do projeto deverá apresentar a prestação de contas final.

Parágrafo segundo. Os recursos repassados e não utilizados deverão ser integralmente devolvidos à FAPES conforme estabelecido no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da FAPES/FUNCITEC (Resolução CCAF nº 313/2022).

Parágrafo terceiro. Na ocorrência dos casos previstos nesta Cláusula, a FAPES notificará o Outorgado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo quarto. Os recursos administrativos deverão obedecer às disposições e prazos estabelecidos na Resolução FAPES nº 215/2018 e suas alterações, disponível na página eletrônica da FAPES.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO DO PROJETO - O OUTORGADO ressarcirá à FAPES os recursos pagos em seu proveito nos seguintes casos:

I- atraso ou irregularidade na prestação de contas que persista após o vencimento dos prazos concedidos pela FAPES;

II- descumprimento das obrigações do Outorgado;

III- não aprovação da Prestação de Contas Final;

IV- prática de qualquer fraude, sem a qual a concessão não teria ocorrido ou se mantido;

V- recursos recebidos indevidamente.

Parágrafo primeiro. A avaliação das situações previstas nesta Cláusula fica condicionada à análise e deliberação da Diretoria Executiva da FAPES – DIREX, em despacho fundamentado.

Parágrafo segundo. Tendo o Outorgado justificativa para contestar a decisão de ressarcimento dos recursos recebidos, poderá ser apresentado recurso administrativo, obedecendo às disposições e prazos estabelecidos na Resolução FAPES nº 215/2018 e suas alterações.

Parágrafo terceiro. Mesmo que sanado o dano ao erário, o Bolsista poderá ficar suspenso de pleitear recursos financeiros da FAPES pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, conforme decisão do CCAF, contados do conhecimento do fato, sem prejuízo das medidas administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Parágrafo quarto. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula será precedida do devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA - No caso das atividades do Outorgado originarem criações intelectuais passíveis de proteção, as partes obedecerão as determinações da Lei Federal nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018, da Lei Complementar Estadual nº 642/2012 e da Resolução CCAF nº 92/2013, e as demais disposições legais vigentes.

Parágrafo único. Os resultados econômicos auferidos na exploração comercial da criação protegida, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados com a FAPES, conforme Resolução CCAF nº 92/2013, por meio de contrato a ser celebrado com as instituições executoras de projetos nas quais as patentes ou similares foram desenvolvidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES - As condições estabelecidas no presente Termo poderão ser alteradas, mediante solicitação acompanhada das devidas justificativas e das certidões negativas das Fazendas Municipal, Estadual e Federal e da Justiça do Trabalho, apresentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que se pretenda a implementação da alteração, antes do fim da vigência deste Instrumento, desde que aceita pela Diretoria Executiva da FAPES e precedida de análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo quando necessária.

Parágrafo primeiro. As alterações estabelecidas no presente termo, quando deferidas pela FAPES, poderão ser efetivadas por termo de apostilamento, exceto nos casos de prorrogação do prazo de vigência, em que deverá ser celebrado termo aditivo.

Parágrafo segundo. Fica vedado o aditamento do presente Termo com o intuito de alterar seu objeto, sob pena de nulidade do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA - O presente Termo de Outorga tem vigência de ____ (____) meses, tendo início no primeiro dia do mês subsequente ao da data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO - O presente Instrumento será rescindido, a qualquer tempo, no caso previsto neste instrumento, no descumprimento pelo OUTORGADO de quaisquer exigências deste Termo e na hipótese de seu falecimento, sem prejuízo das penalidades previstas no presente termo, quando cabíveis.

Parágrafo único. O presente instrumento poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante prévia e expressa comunicação formalizada por escrito, e precedida de análise da Procuradoria Geral do Estado quando for o caso, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros, desde que cessadas as obrigações aqui pactuadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO - A publicação do extrato deste Instrumento no Diário Oficial do Espírito Santo é condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO - Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Parágrafo único. Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os partícipes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por meio da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos do Espírito Santo CPRACES, criada pela Lei Complementar nº 1.011/2022.

E assim, por estarem justas e acordadas, assinam eletronicamente o presente Termo em 01 (uma) única via, ficando disponível para as partes no sítio Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br>), para que produza os efeitos de direito.

Vitória, _____ de _____ de _____.

Cristina Engel de Alvarez

Lucia Aparecida de Queiroz Araujo

Diretora-presidente/FAPES

Diretora Administrativo-financeira/FAPES

Nome do Proponente
Outorgado

Nome do Representante legal
Instituição de Vínculo do Proponente

ANEXO V

GESTÃO DE BOLSAS

1. INDICAÇÃO, CONTRATAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA

1.1. O outorgado será o responsável pela indicação do bolsista de PDJ que atender aos requisitos estabelecidos neste anexo, via Sigfapes, bem como por eventuais cancelamentos e substituições de bolsistas.

1.2. **O outorgado deverá indicar o candidato à bolsa de acordo com cronograma e orientações serem divulgados junto do resultado final homologado pelo CCAF do edital.**

1.3. A indicação do bolsista de PDJ estará sujeita à análise, pela Fapes e pelo CNPq.

1.3.1. A inobservância dos requisitos do bolsista ou do não envio dos documentos necessários para a implementação da bolsa (item 2 deste anexo) no prazo estabelecido pela Fapes, constituirá fator impeditivo para contratação da bolsa, sem que disso resulte aos solicitantes direito algum a reclamação ou indenização, com relação à Fapes.

1.3.2. Somente será implementada a bolsa cujo o candidato e o coordenador do projeto estejam adimplentes com suas obrigações junto à Fapes.

11.4. A equipe técnica da Fapes realizará a indicação do candidato à bolsa na PICC para validação do CNPq, conforme orientações a serem divulgadas junto ao resultado de seleção homologado do edital.

11.4.1. A bolsa PDJ será efetivamente implementada, somente após a assinatura do Termo de Aceite de Bolsa (ou instrumento congêneres) a ser firmado eletronicamente junto ao CNPq.

2. REQUISITOS DO CANDIDATO À BOLSA

2.1. São requisitos do bolsista de PDJ:

- a) possuir título de doutor na data de início da vigência da bolsa e há no máximo 7 (sete) anos completos até dezembro de 2023;
- b) não ter obtido o título de doutor na IES/P executora do projeto contratado
 - b.1) O candidato somente poderá permanecer na mesma instituição em que completou o doutorado, se o mesmo foi desenvolvido em PPG com conceito 5, 6 ou 7 da Capes;
- c) não acumular qualquer tipo de bolsa;
- d) não receber remuneração proveniente de vínculo empregatício ou funcional na IES/P executora do projeto, exceto quando contratado como professor substituto;
 - d.1) Obter, nos casos de vínculo empregatício ou funcional, anuência por escrito do outorgado/supervisor;
- e) dedicar-se às atividades programadas no PPG em que será vinculado e na IES/P executora;
- f) apresentar anuência do outorgado (supervisor) atestando a viabilidade do projeto e as condições da IES/P para executá-lo;
- g) residir no estado do Espírito Santo;
- h) não ser aposentado;
- i) não ser aluno em programa de residência médica;
- j) ter currículo cadastrado na Plataforma Lattes atualizado;
- k) ser brasileiro ou estrangeiro com autorização de residência por prazo indeterminado no país;
- l) não ter vínculo de parentesco, consanguinidade ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com o coordenador do projeto.
- m) estar adimplente junto às esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como junto à Justiça Trabalhista;
- n) estar adimplente junto à Fapes e ao CNPq;
- o) ter cadastro atualizado no Sigfapes.

2.2. A inobservância dos requisitos do candidato a bolsa constituirá fator impeditivo para implementação e manutenção da bolsa, bem como no imediato cancelamento dos pagamentos da bolsa e a restituição ao CNPq dos recursos pagos irregularmente, assegurando o direito do contraditório e da ampla defesa.

3. PAGAMENTO DAS PARCELAS DE BOLSA

- 3.1. O pagamento das bolsas será efetuado pelo CNPq diretamente ao bolsista de PDJ, mensalmente, em conta corrente do Banco do Brasil.
- 3.2. É de responsabilidade do bolsista a abertura de conta bancária, da qual deve ser titular, para o depósito das parcelas da bolsa CNPq não podendo ser utilizada conta-salário ou conta poupança.
- 3.3. Para que o bolsista faça jus ao pagamento integral da mensalidade da bolsa, o mesmo deverá ter executado as atividades previstas no plano de atividades e mantido atendimento aos requisitos do bolsista por no mínimo 16 (dezesseis) dias no referido mês, não sendo efetuado pagamento proporcional.
- 3.4. Não são efetuados pagamentos anteriores à data de implementação da bolsa.

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 4.1. O Relatório Técnico Parcial e Final do Bolsista deverá ser preenchido e enviado via Sigfapes, acompanhado dos documentos comprobatórios de execução técnica (e.g. produção bibliográfica e participação em eventos, contendo a citação à Fapes), via Sigfapes nos prazos previstos para prestação de contas do projeto em que a bolsa PDJ é vinculada.
- 4.2. O atraso na entrega ou irregularidade nas prestações de contas que persista após os prazos concedidos no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes/Funcitec, acarretará na inadimplência do bolsista e do coordenador do projeto para com a Fapes e na suspensão imediata do pagamento da bolsa, se vigente.
 - 4.2.1. Sanada a inadimplência nos prazos estabelecidos pela Fapes, o pagamento da bolsa será restabelecido, com o pagamento das parcelas correspondentes ao período de suspensão.
 - 4.2.2. Se persistida a inadimplência após os prazos estabelecidos no Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas da Fapes/Funcitec, a bolsa será automaticamente cancelada, ficando o bolsista impedido de receber nova bolsa Fapes na mesma modalidade, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais.

5. AFASTAMENTO DO BOLSISTA

- 5.1. A comunicação à Fapes, via ofício, referente ao afastamento do bolsista é de responsabilidade exclusiva do coordenador do projeto.
- 5.2. É permitido o afastamento do bolsista em caso de licença médica por até 15 (quinze) dias, com manutenção do pagamento da bolsa.
- 5.3. É permitido o afastamento do bolsista nos casos de licença por advento de prole, com manutenção do pagamento de bolsa, conforme previsto em Resolução Normativa do CNPq nº 28/2015.
 - 5.3.1. Não haverá prorrogação do prazo de vigência do Formulário de Atividades do bolsista e do TO do projeto.
- 5.4. É permitido o afastamento do bolsista PDJ por até 3 meses, consecutivos ou não, para participação em eventos técnico-científicos e de inovação, bem como para a realização de estágios em outras instituições do país ou exterior, este último, desde que justificado e comprovado pelo coordenador do projeto, e aprovado pela Fapes.
 - 5.4.1. O afastamento deverá estar estritamente relacionado à execução das metas previstas no plano de atividades do bolsista.
 - 5.4.2. A bolsa poderá ser mantida desde que não haja ônus adicional e acúmulo de bolsa de qualquer natureza.
 - 5.4.3. A bolsa será suspensa caso haja percepção de recebimento de bolsa de outra agência de fomento ou instituição. Não haverá pagamento retroativo das parcelas suspensas.
- 5.5. O período do afastamento e suspensão será contabilizado para fins de contagem de prazo de vigência da bolsa.
- 5.6. O coordenador do projeto deverá solicitar a reativação do pagamento da bolsa quando for reativada a atividade de pesquisa.

6. CANCELAMENTO DA BOLSA:

- 6.1. A bolsa será cancelada nos casos de:
 - a) fim da vigência do projeto ao qual a bolsa está vinculada;
 - b) abandono das atividades pelo bolsista;
 - c) desistência do recebimento das parcelas da bolsa pelo bolsista, mediante apresentação de justificativa;
 - d) a pedido do coordenador do projeto, mediante apresentação de justificativa;
 - e) descumprimento dos requisitos ou obrigações do bolsista;

- f) atraso ou irregularidade na prestação de contas do bolsista que persista após o vencimento dos prazos concedidos pela Fapes;
- g) afastamento do bolsista por período superior ao estabelecido pela Fapes;
- h) prática de qualquer fraude, sem a qual a concessão da bolsa não teria ocorrido ou se mantido;
- i) falecimento do bolsista.

6.2. Na ocorrência dos casos que poderão ensejar penalidades, os beneficiários serão notificados pela Fapes assegurando o contraditório e a ampla defesa.

6.3. Tendo o bolsista justificativas para contestar o cancelamento da bolsa, poderá ser apresentado recurso administrativo.

6.3.1. Os recursos administrativos deverão obedecer às disposições e o prazo de cinco dias úteis estabelecido na Resolução CCAF nº 215/2018 e suas alterações.

7. RESSARCIMENTO DAS PARCELAS DE BOLSA

7.1. O bolsista ressarcirá ao CNPq os recursos financeiros pagos em seu proveito, no caso de dolo ou má-fé ou quando:

- a) descumprir dos requisitos ou obrigações do bolsista;
- b) houver atraso ou irregularidade na prestação de contas que persista após o vencimento dos prazos concedidos pela Fapes;
- c) identificada a prática de fraude, sem a qual a concessão da bolsa não teria ocorrido ou se mantido;
- d) receber recursos da Fapes indevidamente.

7.1.1. Se verificadas a omissão de informações a Fapes pelo coordenador do projeto, esse poderá responder solidariamente, devendo ressarcir a Fapes os pagamentos indevidos.

7.3. A avaliação dessas situações fica condicionada à análise e deliberação da Direx e do CNPq, em despacho fundamentado.

7.4. A aplicação de qualquer penalidade prevista no edital será precedida do devido processo legal, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

7.5. Tendo o bolsista justificativas para contestar o ressarcimento da bolsa, poderá ser apresentado recurso administrativo.

7.5.1. Os recursos administrativos deverão obedecer às disposições e o prazo de cinco dias úteis estabelecido na Resolução CCAF nº 215/2018 e suas alterações.

8. SUBSTITUIÇÃO DO BOLSISTA

8.1. A vaga remanescente da bolsa poderá ser substituída desde que solicitada pelo coordenador do projeto e atendidos todos os requisitos do bolsista.

8.2. O novo bolsista terá direito às parcelas remanescentes da bolsa, desde que haja o saldo mínimo de 6 (seis) parcelas e vigência no projeto.

8.3. A solicitação de utilização das parcelas remanescentes da bolsa estará sujeita à análise, pela Fapes e do CNPq, dos documentos exigidos neste anexo.

9. OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações do bolsista:

- a) Manter atendimento aos requisitos do bolsista;
- b) Residir no estado do Espírito Santo durante a vigência da bolsa;
- c) Cumprir as atividades previstas no Formulário de Atividades do bolsista;
- d) Entregar as prestações de contas nos prazos estabelecidos pela Fapes;
- e) Informar de imediato ao coordenador do projeto as ocorrências relacionadas ao desligamento/desistência do projeto em desenvolvimento, o afastamento e o retorno das atividades, alterações no projeto de pesquisa, dentre outras situações que impliquem na descontinuidade e/ou suspensão das atividades do bolsista e pagamento da bolsa, conforme previsto em normas específicas da Fapes e do CNPq;
- f) Fazer referência ao apoio da Fapes e do CNPq em artigos, livros, resumos de trabalhos apresentados em reuniões e qualquer outra publicação ou forma de divulgação de resultados, totais ou parciais, da pesquisa vinculada à bolsa;
- g) Devolver ao CNPq eventuais benefícios recebidos indevidamente;

- h) Prestar esclarecimentos à Fapes sempre que solicitado;
- i) Manter cadastro atualizado junto à Fapes;
- j) Estar ciente de todos os termos da Resolução CCAF de Boas Práticas Científicas na Fapes;
- k) Emitir pareceres de mérito, gratuitamente, quando solicitados pela FAPES, em assuntos de sua especialidade em até 12 (doze) meses após finalizada a vigência da bolsa.

8.2. São obrigações do coordenador do projeto:

- a) Realizar a interlocução dos assuntos relacionados aos bolsistas junto à Fapes;
- b) Indicar o bolsista PDJ no prazo estabelecido no edital;
- c) Prestar quaisquer informações à Fapes sempre que solicitadas;
- d) Informar de imediato à Fapes as ocorrências com o bolsista relacionadas ao desligamento/desistência do projeto em desenvolvimento, o afastamento e o retorno das atividades, alterações no projeto de pesquisa, dentre outras situações que impliquem na descontinuidade e/ou suspensão das atividades do bolsista e pagamento da bolsa, conforme previsto em normas específicas da Fapes e do CNPq;
- e) Estar ciente de todos os termos da Resolução CCAF de Boas Práticas Científicas na Fapes.

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CRISTINA ENGEL DE ALVAREZ
DIRETOR PRESIDENTE
DIPRE - FAPES - GOVES
assinado em 21/10/2022 11:39:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/10/2022 11:39:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por IGOR DA SILVA NASCIMENTO (ASSESSOR ADJUNTO - GAB - FAPES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-9ZZNQ1>